

A prudência em Aristóteles

Guilherme Olivier da Silva

guilherme.olivier@hotmail.com

Psicólogo, aluno do curso de Filosofia da UFRGS e ex-bolsista de iniciação científica (UNIBIC)

Carolina Gubert Viola

kaquibr@yahoo.com.br

Psicóloga e ex-bolsista de iniciação científica (FAPERGS)

Mario Fleig

mfleig@unisinis.br

Professor do PPG-Filosofia da Univesidade Vale do Rio dos Sinos - Unisinis. Psicanalista, membro da Association Lacanienne Internationale

Introdução

Na obra de Aristóteles, é surpreendente o poder de descrição assistemático e eventual dos seus escritos éticos, ainda mais quando se sabe do seu caráter sistemático e classificatório no que diz respeito às suas doutrinas lógicas e metafísicas. Levando-se em conta que a ética se constitui no espaço que separa o homem de Deus, no qual o mundo é contingente, não há mais lugar para a rígida determinação científica da ação humana. Essencialmente indeterminado, e por isso jamais superado por qualquer conhecimento humano, o homem só pode conduzir suas ações por regras flexíveis e adaptáveis às suas mudanças.

O mundo da contingência, entretanto, não resulta na inexistência de algum conhecimento a orientar nossas ações, mas tão-somente no fato de que a norma da ação moral não se sustenta mais na contemplação de verdades eternas e imutáveis. Contrariamente a esse modo platônico, sustenta-se, sim, no correto julgamento humano acerca do que é preciso fazer ou do que é preciso se privar. É o futuro imprevisível que determina a ação humana, que é orientada pelo conhecimento do que é possível conhecer.

A leitura de Aubenque a respeito da *prudência* em Aristóteles

É nesse sentido que Pierre Aubenque, em seu livro *A prudência em Aristóteles*, afirma o humanismo de Aristóteles: entre o saber absoluto e a percepção caótica da experiência, convidando-nos a agir com prudência, no *limite* da ação humana.

Lançado há 40 anos, esse livro tem como projeto encontrar em Aristóteles os delineamentos de uma filosofia da prudência. A necessária e urgente reflexão dos dramas e das catástrofes do século XX e o insucesso dos modelos intelectuais que os tinham ao menos tornado possíveis atualizaram a discussão em torno do conceito de prudência. No começo, alguns

objetaram se tal conceito seria um objeto filosófico, ou, então, se ele não pertenceria a uma das partes mais caducas da tradição moral escolástica.

À *hybris*, à imprudência, à desmesura, os gregos opunham a escolha dos meios e o cálculo das conseqüências da ação julgada boa. A irresponsabilidade, o vício pela perseverança e obstinação no erro era para os gregos a falta por excelência, causa de todas as infelicidades privadas e públicas. A *hybris* desafiou os deuses, representantes da ambição pelo saber absoluto. Aubenque sugere que a *hybris* não nasce da falta, mas do excesso de teoria, precisamente do desarranjo entre teoria e prática. A lição aristotélica, diz o autor, no prefácio à edição brasileira, ensina que a teoria, mesmo a mais bem construída, não pode determinar imediatamente a prática, visto que a ação bem-sucedida necessita da mediação simultaneamente intelectual e volitiva. A prudência é a virtude da boa deliberação.

Aubenque salienta que, nesses últimos 40 anos, numerosos trabalhos enriqueceram as reflexões sobre o conceito de prudência, tais como os de H. G. Gadamer, na Alemanha, os de Hannah Arendt, nos Estados Unidos e, especialmente, o famoso seminário ministrado por Heidegger, em Fribourg (1923), sobre o livro VI da *Ética Nicomaquéia*, de Aristóteles. Aubenque afirma, ainda no prefácio, que essa discussão é sintoma do interesse e do reencontro da filosofia contemporânea com a via da teoria das virtudes.

A prudência, especificamente, foi vítima das variações da filosofia, bem como do racionalismo e, em seguida, do moralismo. Da mesma forma, enquanto ligada a certas visões de mundo, partilhou de seus declínios.

O objetivo fundamental de Aubenque, e o fio condutor do seu livro, é o de tentar encontrar a ligação entre a exaltação ética da prudência e a visão de mundo que ela constitui para Aristóteles. Por que o filósofo estagirita teorizou sobre a prudência? É necessário admitir a impossibilidade de dissociar a discussão ética da prudência das doutrinas metafísicas aristotélicas.

Aristóteles emprega a palavra *phronêsis* para designar o que a tradição latina indicará como *prudencia*, prudência, e que é necessário diferenciar do conceito próximo e, contudo, muito distinto de *sabedoria*. No entanto, *phronêsis*, em Aristóteles, não quer dizer somente *prudência*. Às vezes, mal se diferencia de *sophia*. Daí as variações semânticas dessa palavra levantarem um problema, diz Aubenque, tanto filológico quanto filosófico.

O problema: os textos sobre a prudência, o ponto de vista de W. Jaeger e a crítica de Aubenque à tese jaegeriana

Na primeira parte do livro, o autor discute esses termos e o problema que ele considera mais salutar no debate sobre a prudência. Segundo Aubenque,

Aristóteles, em diversas passagens de sua obra, fiel ao uso platônico, emprega a palavra *phronêsis* para designar o saber imutável do ser imutável, por oposição à opinião ou à sensação, que mudam conforme seus objetos. (p. 21)

No livro *M da Metafísica*, diz Aubenque, Aristóteles aponta que foi para salvar esse saber que Platão concebeu a teoria das Idéias, pois, à luz de Heráclito, considerando que o sensível está sempre em movimento, é necessário admitir a existência de outras coisas que não os sensíveis se

o objetivo é estabelecer uma ciência e um *saber* de alguma coisa. Seja no *De Coelo*, seja na *Física*, Aristóteles louva os eleatas por terem sido os primeiros a descobrir a tese da incompatibilidade do saber e do movimento. Nesses textos e nos *Tópicos*, Aristóteles designa, segundo Aubenque, a forma mais alta do saber: a ciência do imutável, do supra-sensível, enfim, do saber verdadeiro, filosófico. Resta que a *phronêsis* se refere a um tipo de saber conforme o ideal platônico de ciência – mesmo que Aristóteles, diferentemente de Platão, acredite na possibilidade de se atingir, na física, a exigência científica de estabilidade – que não se distingue do que Aristóteles descreve como *sophia*.

Já na *Ética Nicomaquéia*, a palavra *phronêsis* designa algo muito diferente. Não diz respeito mais a uma ciência, mas a uma virtude. Mesmo sendo uma virtude *dianoética*, o que nos faria pensar que o pano de fundo científico e intelectual ainda estaria presente, ela não é mais do aquilo que existe de mais elevado. Aristóteles introduz uma subdivisão na parte racional da alma, sendo uma parte a *calculativa*, que considera o que é contingente, e a outra a *científica*, que dá conta do que é necessário. A *phronêsis* designa, de fato, a virtude da parte *calculativa* ou *opinativa* da alma. Reconhece-se a *phronêsis* nos homens que buscam os bens humanos e que, por isso, sabem reconhecer o que lhes é mais vantajoso. Em suma, a *phronêsis*, que antes era relacionada à *sophia*, aqui lhe é oposta. Conforme Aubenque,

[...] a sabedoria diz respeito ao necessário, ignora o que nasce e perece, portanto, é imutável como o seu objeto; a *phronêsis* diz respeito ao contingente, é variável segundo os indivíduos e as circunstâncias. (p. 24)

Esse conceito filosófico, segundo Aubenque, tem uma desenvoltura singular porque aborda a natureza do saber humano, as relações entre teoria e prática e a relação do homem com o mundo e com Deus. Eis a relevância do conceito de *phronêsis* para o autor.

Ainda no começo do livro o autor analisa a tese de W. Jaeger, para depois criticá-la, sobre as supostas contradições em torno da noção de *phronêsis* na obra aristotélica. Ele admite que coube à filosofia moderna formular um problema que fora deixado de lado pelos comentadores antigos e medievais. As contradições de Aristóteles impulsionaram as hipóteses genéticas de W. Jaeger. Tais hipóteses versam sobre a impossibilidade de o filósofo grego se contradizer, segundo Aubenque, “[...] *no mesmo momento de tempo*” (p. 25). E, mais do que isso, o que consideramos como teses contraditórias de Aristóteles, na verdade, são momentos de uma *evolução*, sinais de uma gênese na qual existe uma continuidade nessas variações de sentido de uma palavra. Esses são os princípios metodológicos de W. Jaeger aplicados à noção de *phronêsis*, em seu livro de 1923, cujo título é *Aristóteles*.

A tese de Jaeger é a seguinte: Aristóteles, na fase “teológica”, começou as suas reflexões pela noção platônica de *phronêsis*, na qual se refere à contemplação como componente da vida boa e base da ação reta; em seguida, houve um abalo no universo moral platônico, pois Aristóteles abandonou a teoria das Idéias. Jaeger postula que, nesse momento, metafísica e ética se separam e que o divórcio entre a razão teórica e a razão prática se realiza. Jaeger teve o mérito de motivar as pesquisas sobre esse tema e, além disso, de ordenar textos dispersos e, à primeira vista, contraditórios. Ele iniciou uma nova reconstituição da evolução do sentido de *phronêsis*. Para Aubenque, a tese de W. Jaeger pode ser resumida da seguinte maneira:

Assim, a doutrina aristotélica da prudência não representaria senão um momento de uma história mais geral: a da evolução do ideal filosófico de vida, que caracterizaria uma espécie de alternância entre o elogio da vida ativa e o da vida de ócio. (p. 31)

W. Jaeger impulsionou a pesquisa sobre a temática da prudência, mas Aubenque o critica. As objeções são de três ordens: dizem respeito à história das idéias, ao estudo das fontes e à própria interpretação.

No que se refere à história das idéias, Jaeger faz do resumo esquemático da doutrina aristotélica da prudência uma etapa rumo ao triunfo do ideal de vida política. É pelo menos paradoxal este esquema. Aubenque aponta que é insignificante opor ao ideal de vida contemplativa o ideal de vida política, pois o problema jamais foi posto desse modo por Aristóteles. "No homem, Aristóteles não opõe uma à outra, mas mantém ambas, a vocação contemplativa e a exigência prática" (p. 38).

Em relação às fontes, Jaeger historia a palavra *phronêsis*. Mas Aristóteles já tinha feito essa história. W. Jaeger "desentranhou", conforme Aubenque (p. 39), uma suposta evolução da doutrina da *phronêsis*, cujas etapas percorrem o *Protrético*, a *Ética Eudêmia*, a *Ética Nicomaquéia*, etc. A reabilitação, por Aristóteles, do sentido vulgar de *phronêsis* é expressão de um antiplatonismo destinado a descobrir mais acerca da filosofia na sabedoria popular que na filosofia dos filósofos. Aubenque afirma que, ainda que limitada, a história da palavra *phronêsis* já fora esboçada por Aristóteles.

No entanto, mais do que o estudo das fontes, a tarefa essencial continua sendo a interpretação. Somente a interpretação permitirá reconhecer as "fontes" como tais. Jaeger deixou de lado o essencial em sua empreitada filosófica. Eis a crítica de Aubenque:

Os numerosos escritos suscitados por algumas páginas de W. Jaeger sobre a *phronêsis*, ao fim, pouco nos ensinaram sobre o sentido filosófico da doutrina da prudência. Ao querer, em reação à tradição da exegese, submergir Aristóteles em seu meio histórico e multiplicar as pesquisas sobre as fontes e a evolução, terminou por só ressaltar textos marginais, como os do *Protrético*, da *Ética Eudêmia* ou da *Magna Moralia*, e negligenciar o texto essencial que continua sendo o livro VI da *Ética Nicomaquéia*. Além disso, o trabalho filosófico de reconstituição das fontes e da evolução, se teve por efeito despertar de sua sonolência uma longa tradição de paráfrase banal e de amplificação piedosa, não contribuiu menos para desencaminhar a interpretação numa direção que deixa de lado o essencial. (p. 49)

A censura de Aubenque é a seguinte: a partir dos trabalhos de filólogos como W. Jaeger, "[...] substituiu-se o problema da interpretação da ética aristotélica no conjunto da especulação aristotélica pelo do lugar da *Ética Nicomaquéia* na história da ética aristotélica e, de modo mais geral, do lugar da ética aristotélica na história da ética" (p. 49). Preferiu-se uma reflexão vertical da obra aristotélica em detrimento a uma horizontal, que multiplica as ligações com outras partes do sistema. É preciso que retornemos a uma interpretação interna dos textos de Aristóteles – fundamentalmente da *Ética Nicomaquéia* –, mas pondo-os em relação com o que constitui seu quadro originário: as doutrinas metafísicas de Aristóteles.

A interpretação: o homem, a cosmologia e a antropologia da prudência

No começo da segunda parte do livro, no primeiro capítulo, Aubenque afirma que a tradição moral do Ocidente pouco manteve da definição aristotélica de prudência. A definição dada por Aristóteles de *phronêsis* no livro VI da *Ética Nicomaquéia* apresenta uma forma muito elaborada ou técnica para se impor à posteridade. Afinal, a prudência identifica-se com a ciência? Ou, ao contrário, com a arte? De onde vem a superioridade do homem prudente? Afinal, o que é uma virtude? São essas as indagações que Aubenque propõe nesta parte do livro.

O *phronimos*, o homem prudente, é privilegiado em virtude de uma suposta *exatidão* de seu saber. Ele segue a reta regra. Mas o homem prudente deve ser encarado como a norma? Até porque ele, constituindo o critério último, é seu próprio critério, sua própria medida. O *spoudaios*, a realização mais autêntica do homem grego, busca o seu fundamento em que lugar? “Enfim, abandonar a Norma transcendente do platonismo obriga Aristóteles a procurar no seio da própria humanidade a norma de sua excelência” (p. 83).

O que importa é que, mesmo compreendida como virtude intelectual, a prudência nos envia à personagem do prudente. A análise tipológica do prudente deve determinar a sua essência. Este tipo de pessoa, o prudente, “[...] não é, então, o puro empírico que vive o dia-a-dia sem princípios e sem perspectivas, mas é o homem de visão de conjunto” (p. 95-96). Questões relativas ao tipo do *phronimos* são a tônica deste capítulo do livro.

O segundo capítulo da segunda parte do livro nos surpreende já por seu título: “Cosmologia da contingência”. Em uma escrita que passa pelos deuses, pela sabedoria, pelas artes e pelas virtudes, da ética à física, Aubenque aponta que a prudência não é uma virtude situável, mas, sim, situacional. Então, oposta à sabedoria, que “[...] refere-se às realidades as mais imutáveis” (p. 109), a prudência está, em conjunto com a arte, no campo daquilo que produz e age na ordem do mundo para modificá-lo. Trata-se da “[...] disposição para agir acompanhada de regra” (p. 110). Se para Aristóteles há um motor imóvel que dirige o acaso, sobre o qual as controvérsias aristotélicas serão discutidas, a prudência vai dar conta, justamente, daquilo que não podemos prever, de um mundo que, por não ser acabado ou acabável, lança-nos à deliberação e à ação engendrando o que seria a liberdade humana. Eis o que Aubenque vai chamar de “ontologia da contingência”.

Em seguida, somos lançados ao *kairos*, o tempo oportuno. Nele, a partir da deliberação, sucede a escolha da qual decorre a ação. Também se desenrolam questões relativas ao *kairos* e à *proairesis*. Então, elas serão analisadas em suas diferentes aparições em Platão, em Aristóteles, nos estóicos e nas leituras feitas sobre aquelas, abrindo um campo fértil para se pensar a implicação ou não da *phronêsis*, diferenciando-a da *sophia*, na ética aristotélica.

Aristóteles tirou a sua noção de *phronêsis* não da concepção platônica, mas da tradição, naquilo que da palavra se mantém desde os pré-socráticos; não da separação entre sensação e inteligência, mas do que dela engendra os atos ou as qualidades contidos no limite da possibilidade do pensamento. Aubenque, na conclusão do seu livro, escreve um texto denso que percorre as incidências da palavra no plano da filosofia e no do extra-filosófico, no qual da mitologia nos traz a seguinte passagem de Antígona saída da boca de Creonte, já arrependido, que dirá seu o hino próprio à prudência: “Isso é futuro. O presente espera atos. Deixemos o futuro aos que o vêem” (p. 260).

Cabe, finalmente, ressaltar ao leitor a oportunidade e a pertinência da publicação realizada por Discurso Editorial de *A prudência em Aristóteles*, de Pierre Aubenque, assim como reconhecer o

excelente trabalho de tradução feito por Marisa Lopes. Os leitores brasileiros poderão tirar grande proveito da leitura desta obra.

Referência bibliográfica

AUBENQUE, P. 2003. *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial, 352 p.